

PARECER JURÍDICO N^o 137/2016

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N^o 013/2016, DE AUTORIA DA VEREADORA LUZINETE ROSA BATISTA, QUE "CONCEDE O TÍTULO DE "CIDADÃO HONORÁRIO" À SRA. MARIA MENDES DA SILVA, EM RECONHECIMENTO AOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS"

Interessado: DIRETORIA LEGISLATIVA

I – Relatório:

Aportam na Procuradoria Geral Legislativa, através do memorando n^o 357/2016, oriundo da Diretoria Legislativa desta Casa, os autos do Projeto de Decreto Legislativo n^o 013/2016, de autoria da Vereadora Luzinete Rosa Batista, que "Concede o título de "Cidadão Honorário" à Sra. Maria Mendes da Silva, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município de Parauapebas". Ao corpo da proposição evidencia-se a justificativa da medida.

O processo está regularmente autuado e desenvolvido em ordem cronológica. Os documentos este lavrados por quem de direito. Certidão da lavra do Diretor Legislativo atesta o cumprimento das disposições do artigo 135 do Regimento Interno. A proposição foi lida em sessão plenária ordinária de 29 de novembro de 2016 e, de conformidade com o trâmite regimental, veio para parecer prévio, a teor do artigo 181-B do Regimento.

Cumpre observar que a presente proposição foi protocolada nesta Casa Legislativa em 29 de novembro de 2016, com o escopo de ser apreciada e deliberada ainda nesta sessão legislativa, o que demanda a máxima brevidade em sua tramitação interna, tendo em vista a proximidade do fim da atual legislatura. Face ao exposto, considerando o presente momento legislativo do município, tal que priorizados por absoluto os procedimentos legislativos pertinentes à Lei Orçamentária Anual e suas emendas, assoberbando os Procuradores da Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo, a presente análise coube à Procuradora subscritora, o que não afronta, contudo, o disposto no artigo 181-B do Regimento Interno da Câmara.

ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA

É o relatório.

II - Análise jurídica:

II.1 - Da Forma:

O presente projeto de decreto legislativo tem por escopo conceder a determinada personalidade do município, no caso, a Sra. Maria Mendes da Silva, uma homenagem em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados a Parauapebas, consubstanciada na honraria "Cidadão Honorário".

O objeto **P** da proposição insere-se no rol da competência legislativa privativa da Câmara Municipal de Parauapebas, assim reconhecido pelo artigo 13 da Lei Orgânica Municipal. Vejamos:

"Art. 13. Compete privativamente à Câmara Municipal:

(XV)
XVII - conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem à pessoa que reconhecidamente tenha prestado relevantes serviços ao Município, mediante decreto legislativo aprovado pelo voto de, no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros;"

Up
Itraassado este ponto, há que se observar que o projeto de decreto legislativo é o instrumento normativo hábil à pretensão da autora, bem assim, que a proposição em análise não contém matéria que exija reserva de iniciativa da Mesa Diretora, nos termos do que prescreve o artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parauapebas:

Art. 157 - O Projeto de Decreto Legislativo é a proposição de competência privativa da Câmara, que excede os limites de sua economia interna, não sujeito à sanção do Prefeito e cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara.

§ 1º **Constitui matéria de decreto legislativo:**

- a) Fixação dos subsídios e verba de representação do Prefeito e, se for o caso, do Vice-Prefeito;
- b) Concessão de licença ao Prefeito;
- c) Autorização ao Prefeito para ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias consecutivos;

d) **Concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviço honrari.**
município;

e) Demais atos que independam da sanção do Prefeito.

§ 2º **Será de exclusiva competência da Mesa a apresentação dos projetos de decreto legislativo a que se referem as alíneas "b" e "c" do parágrafo anterior. Os demais poderão ser de iniciativa da Mesa, das Comissões ou dos Vereadores, observado o disposto no art. 266 deste Regimento.**

§ 3º Constituirá decreto legislativo, a ser expedido pela Mesa da Câmara, independentemente de projeto anterior, o ato relativo à cassação do Prefeito.

(Destaquei)

Por fim, quanto à técnica de elaboração e redação, anoto que a proposição desenvolveu-se em consonância com as prescrições da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe normas sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação de leis e outros atos normativos. Concluo, do ponto de vista formal, que não existe óbice à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 013/2016 pelo Plenário desta Casa.

11.2 — Da Matéria:

Materialmente, a proposição em análise visa prestar homenagem à Sra. Maria Mendes da Silva, em virtude dos relevantes serviços prestados pela mesma ao município de Parauapebas.

Observo que o título de "Cidadão Honorário", ou outro equivalente, é uma honraria que uma pessoa de importância recebe do Poder Legislativo de uma cidade, estado, ou mesmo da União, refletindo o reconhecimento, pelo ente agraciador, da relevância da atuação do homenageado no meio social em geral. Obviamente, para que se conceda tal homenagem, faz-se necessário que se relate o que a pessoa agraciada fez sem visar lucros, interesses pessoais ou profissionais, em prol do município que lhe concede tal honraria.

Na justificativa da proposição, a autora colaciona a biografia da homenageada que, segundo ela, justifica a concessão da nobre honraria. Já adianto que o tema insere-se no rol de discricionários do proponente e, em última medida, do Plenário da Câmara Municipal de Parauapebas, que, na deliberação, ratifica ou não o posicionamento pessoal da autora. Não compete à Procuradoria, por certo, o tratamento legal da matéria, imiscuir-se no mérito da demanda, tal que não há aspectos de legalidade ou constitucionalidade a serem aferidos.



De todo modo, apenas repisa-se o que já fora advertido inúmeras vezes pela Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo, quando da análise de proposições do mesmo teor (vide Pareceres Jurídicos nº 062, 063, 064, 065, 125, 126 e 127/2016), para que se providencie o tratamento normativo institua regras mais objetivas para tal outorga, fazendo com que os legisladores sejam razoáveis e prudentes na concessão destas honorarias, evitando homenagear pessoas por meros interesses pessoais e sem a necessária demonstração de sua importância para o município, o que leva à banalização da homenagem.

Feita esta observação, concluo que, também na matéria, a proposição em análise não apresenta inconsistências ou ilegalidades que obstem sua regular tramitação e aprovação pelo Plenário desta Casa.

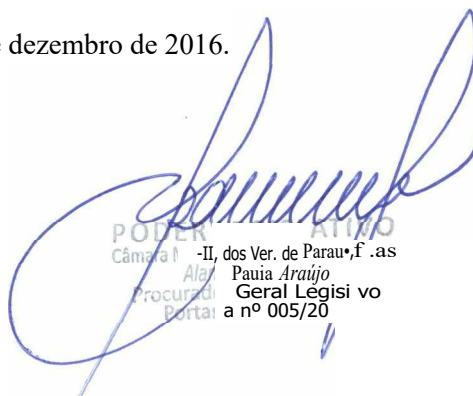
III — Conclusão:

À vista de todo o exposto, esta Procuradoria ENTENDE, CONCLUI e OPINA:

a) O Projeto de Decreto Legislativo nº 013/2016 é constitucional, legal e viável, não apresentando quaisquer ilegalidades ou inconstitucionalidades que impeçam sua aprovação pelo Plenário da Câmara Municipal de Parauapebas.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Parauapebas/PA, 02 de dezembro de 2016.


PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Parauapebas
Ala da Procuradoria Geral Legislativa
Porta nº 005/20

09
08